

ESPECIAL

# COMO POUPAR E INVESTIR

## Ano novo, vida nova. Saiba como poupar e investir em 2019

O Jornal Económico oferece-lhe um guia de poupança e investimento no próximo ano. Conheça as melhores estratégias para construir uma poupança e as diferentes opções de investimento. Das ações à dívida pública, passando pelos PPR e pelo imobiliário, leia aqui como investir em 2019.





Istock

## ORÇAMENTO

# Ano novo, vida nova? Dicas para melhorar a sua saúde financeira

Da eletricidade às telecomunicações, dos impostos ao combustível, conheça alguns truques que o vão ajudar a organizar as contas e a aumentar a poupança.

## RITA PAZ

rpaz@jornaleconomico.pt

O arranque do ano é uma boa altura para organizar as finanças pessoais. Se quer ter uma vida mais folgada financeiramente (uma das resoluções mais comuns no início de um novo ano), não basta esperar por um aumento ou pelo euro-milhões. Tem de fazer um esforço para concretizar esta ambição numa realidade.

Comece por fazer um planeamento. Para isso, deve registar tudo o que gasta diariamente. Desde a prestação da casa ao café. Com este exercício conseguirá chegar ao fim do mês e fazer rapidamente uma soma de todas as suas despesas mensais. E não se esqueça de in-

cluir a parte destinada à poupança.

“O ideal seriam 10% do rendimento, no entanto esta avaliação terá que ser feita caso a caso”, diz a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), sublinhando que as famílias devem ter constituído um fundo de emergência (pelo, menos, 5 a 6 vezes o rendimento mensal da família) para acautelar o impacto financeiro de alguma situação imprevista, tal como o desemprego, um acidente, doença ou despesa inesperada.

Feito o orçamento mensal, o próximo passo será perceber como pode poupar nas despesas fixas: renda da casa, custos com eletricidade, água, telecomunicações, combustível ou transportes públicos, entre outros. Reavalie rigorosamente os produtos e serviços com os quais perde parte

do seu vencimento todos os meses e faça escolhas tendo em conta as melhores ofertas e preços. O Jornal Económico reuniu algumas dicas de poupança e deixa aqui algumas sugestões para várias categorias do seu orçamento.

**Eletricidade:** Adira à tarifa bi-horária, transferindo alguns consumos (por exemplo: máquinas de lavar loiça e roupa) para o período noturno e fim de semana; Substitua as lâmpadas incandescentes por modelos economizadores da classe A (por lâmpada, pode poupar até 10 euros por ano); Não deixe os aparelhos em modo de espera, segundo a Comissão Europeia, este consumo corresponde a 10% da fatura elétrica doméstica; Retire da tomada os carregadores de aparelhos quando a bateria estiver cheia; Prefira os equipa-

mentos elétricos das classes A, A+ e A++; Se possível, seque a roupa no exterior e passe-a enquanto estiver um pouco húmida, pois assim também poupa ao engomar.

**Água:** Feche a torneira enquanto lava os dentes ou faz a barba. São menos cerca de 10 litros de água todas as manhãs; A opção por modelos de autoclismo, das classes A, de dupla descarga evita o desperdício de 20 a 25 litros de água diários, por pessoa; Prefira duchas a banhos de imersão; Instale torneiras e chuveiros economizadores ou acessórios para reduzir o débito (na sua maioria classificados na categoria A): ao misturarem ar e água, mantém a sensação de pressão e de conforto. Permitem poupar 50% nos consumos de água e energia.

**Gás:** Ao cozinhar os alimentos opte por cortar os ingredientes em

pequenos pedaços. Quanto mais pequenos forem, mais depressa será o processo de cozedura; Se puder, cozinhe com a panela de pressão: necessita menos gás para aquecer e cozinha os alimentos muito rapidamente; Tenha o cuidado de não encher as panelas com água em excesso: vai demorar muito mais tempo a ferver, gastando muito mais gás; Sempre que possível tape os tachos e as panelas durante a confeção dos alimentos. Desta forma, evitará o desperdício de energia. Exatamente pela mesma razão deverá escolher o bico do fogão adequado ao tamanho da panela.

**Telecomunicações:** Contacte todas as operadoras com serviços na sua zona de residência e analise os preços. Escolha em função dos canais pretendidos e da utilização que faz dos serviços; Se lhe propuserem promoções, estude todas as condições, para se certificar de que são vantajosas. Por vezes, o desconto na mensalidade é de apenas um ou dois meses e um valor que parece atrativo revela-se superior ao de outra operadora; Pergunte se há um contrato de fidelização e qual a duração; Se anunciarem tráfego ilimitado, questione se aplicam alguma política de utilização e como controlar o tráfego.

**Combustível:** Antes de sair de casa para abastecer, escolha o posto de combustível mais económico perto de si. Consulte o site da Direção Geral da Energia e Geologia (<http://www.precoscombustiveis.dgeg.pt/>) e poupe centenas de euros por ano; Respeite as indicações do fabricante para a manutenção: problemas nos injetores, velas, pastilhas dos travões, óleo ou filtros podem aumentar o consumo em 50%; Verifique a pressão dos pneus com regularidade. Pressão inferior a 0,5 bar à recomendada aumenta o consumo entre 2% e 3%; Carregue a bagageira do carro quando necessário. Se estiver cheia, o consumo aumenta até 40%; Limite o uso do ar condicionado e poupe até 30% no combustível.

**Medicamentos:** Peça ao seu médico para prescrever medicamentos genéricos em vez de medicamentos de marca. Os genéricos (medicamento com a mesma substância ativa, na mesma dose e igual forma farmacéutica de um fármaco de marca) são mais baratos entre 20 e 35%; Compare preços: O Infarmed disponibiliza uma aplicação para telemóvel gratuita que permite aos utentes poupar em medicamentos. Entre outras funcionalidades, a app “Poupe na Receita” dá acesso aos preços dos medicamentos para que possa escolher os mais baratos. Pode fazer a pesquisa antes de ir à farmácia ou no momento da compra, ao fazer leitura do código de barras.

**Supermercado:** Em casa faça uma lista do que necessita para comprar o indispensável e não se esqueça de levar os sacos (incluindo os isotérmicos); Seja crítico com as promo-

ções e os descontos. Consulte os folhetos promocionais e verifique se o preço compensa, se precisa do produto e o valor registado na caixa corresponde ao anunciado; Evite levar crianças. Em certas lojas, os produtos para os mais pequenos estão ao nível dos olhos, podem, por isso, tentar influenciar a compra de artigos mais atrativos que nem sempre são a melhor opção; Não vá com fome. A tentação de levar alimentos que parecem apetitosos, mas que, de outro modo, não compraria é maior.

**Educação:** Reserve um dia de férias para uma reunião familiar e com os seus filhos tendo em vista planear o que precisa, fazer umas arrumações e ver o que poderá aproveitar para o próximo ano ou o que poderá ser reaproveitado e reciclado. Faça uma lista de compras e compare preços, antes de adquirir o que necessita; Durante o verão há várias editoras que oferecem promoções para reservas dos livros escolares e para quem fizer compras online. As poupanças podem chegar ao 20%; Não se esqueça que as despesas de educação podem ser abatidas no IRS, para o que deverá pedir fatura em nome dos seus filhos ou dos pais.

**Impostos:** Quer poupar no IRS? Peça fatura com o número de contribuinte. O Orçamento de Estado contempla uma rubrica de despesas gerais familiares em que possibilita a dedução de 35% das despesas com a aquisição de todos os bens e serviços que sejam comunicados às Finanças, permitindo que cada contribuinte abata ao IRS 250 euros. Também é possível ganhar dinheiro no seu IRS através da dedução de 15% do valor do IVA das faturas em serviços que são conhecidos como menos propensos a passar faturas (cabeleireiros, mecânica ou restauração).

**Crédito à habitação:** Os custos associados a um crédito dependem de dois fatores para além da taxa euríbor. Esses custos são relativos ao spread e a todos os produtos e serviços contratados (ex. seguro de vida, saúde, cartões de crédito etc.). Se tem um 'spread' acima de 2% tente rene-

gociar. Há uma grande probabilidade de conseguir opções mais baratas. Se para baixar o 'spread' o banco lhe propuser a subscrição de um produto faça bem as contas. Compare as propostas de outros bancos.

**Cartões de crédito:** Segundo o comparaja.pt, atualmente existem consumidores com cartões de crédito com taxas de juro acima dos 20%, um custo desnecessário e que pode ser resolvido através de um simples telefonema para a instituição financeira emissora do cartão de crédito, negociando a redução das taxas de juro para os valores atuais do mercado, que se situa entre os 10% e 14%; Tente pagar prestações o mais elevadas possível – sem, no entanto, pressionar demasiado a sua taxa de esforço – para reduzir ao máximo os custos com juros; Escolha cartões com a opção de cashback. Um cartão de crédito com esta vantagem possibilita que, no mês seguinte aos gastos efetuados com o cartão de crédito, se receba de volta uma percentagem desse montante.

**Comissões bancárias:** Para evitar as comissões bancárias associadas às contas à ordem existem as chamadas contas de serviços mínimos bancários, que são um tipo de conta à ordem que permite que o respetivo titular aceda a um conjunto de serviços bancários básicos a um custo mais reduzido do que o normal (não pode ultrapassar anualmente 1% do salário mínimo nacional); Existe ainda a possibilidade da instituição financeira isentar o cliente das comissões de gestão da conta à ordem no caso de domiciliar o ordenado ou se a sua conta estiver associada à de um familiar que já é cliente do banco; Evite fazer transferências no balcão do banco. Normalmente têm custos associados. Sempre que lhe for possível, escolha fazer estas operações através de uma caixa Multibanco, uma vez que este método continua a ser gratuito.

**Férias:** Se quer ir de férias mas não quer gastar muito dinheiro opte por férias em família ou entre amigos. Assim, poderá dividir os custos das viagens e do alojamento; Prefira alojamentos em apartamentos, em detrimento dos dispendiosos hotéis e efetue as suas refeições em casa; Equacione destinos menos turísticos e, consequentemente, mais económicos; Faça reservas pela internet e aproveite os descontos e as promoções de última hora.

**Viagens:** Planear as férias com tempo permite economizar muito dinheiro. Sabia que consegue poupar até 56% em média, se reservar voos com 73 dias de antecedência para destinos europeus, e uma média de 24%, se marcar voos para destinos no resto do mundo com 57 dias de antecedência? E se for flexível nas datas de partida também consegue voos mais baratos. Se sair à sexta-feira para a Europa, por exemplo, ou à quinta para o resto do mundo, consegue economizar dezenas de euros. ●

**A DECO aconselha:**  
“Poupe sempre no início do mês e não no fim. No fim não sobra nada”

## RISCO

# Quer investir as poupanças? Descubra o seu perfil de investidor

Antes de fazer qualquer investimento, conheça o seu perfil de investidor. Saiba o que é, para que serve e qual é o perfil que se adequa aos seus objetivos.

## RITA PAZ

rpaz@jornaleconomico.pt

Nos dias que correm, tão importante como poupar é saber fazer uma gestão responsável das suas finanças. Segundo António Ribeiro, economista da PROTESTE INVESTE, conhecer o seu perfil de investidor, “é essencial para fazer as melhores escolhas, dar resposta às suas necessidades e viver tranquilo com essas escolhas”.

Todas as pessoas são diferentes, com necessidades, recursos e objetivos diferentes, o que se reflete também nos investimentos. “Um tipo de investimento único, por exemplo, não seria adequado a todas as pessoas, pois nem todas aceitam correr riscos (por razões diferentes: ou porque já estão perto da reforma, ou porque têm poucas poupanças ou simplesmente porque querem dormir tranquilos e sem sobressaltos ou até mesmo por desconhecimento ou falta de tempo para acompanhar os produtos mais complexos e arriscados)”, explica o responsável.

Por outro lado, acrescenta, “há quem tenha muitos recursos financeiros, pelo que poderá arriscar mais, pelo menos uma parte das suas poupanças; e há quem tenha objetivos de poupança muito concretos e mais a curto prazo, pelo que o seu perfil de risco é diferente de alguém que pretende fazer uma poupança de longo prazo (por exemplo, para a reforma)”.

Assim, antes de fazer investimentos, deve procurar saber qual é o seu perfil de investimento, fazendo uma análise sobre os seguintes aspetos: qual a sua tolerância ao risco, o seu horizonte temporal de investimento, o grau de conhecimentos sobre o funcionamento dos mercados financeiros e quais os objetivos do investimento.

Só após uma análise reflectida, é que poderá delinear uma estratégia de investimento, consoante o seu perfil. Esta é também uma forma de encontrar os produtos mais adequados a cada investidor, consoante as suas necessidades e disposição ao risco.

A PROTESTE INVESTE define

cinco perfis diferentes de investidor: conservador, defensivo, equilibrado, agressivo e acções:

**Conservador:** O objetivo principal é a preservação do capital. Ao seguir esta estratégia aceita deliberadamente um rendimento reduzido. Segurança acima de tudo. São aconselhados apenas produtos de capital garantido, ou seja, sem risco, como depósitos, contas de poupança, Certificados de Aforro, Certificados do Tesouro, seguros de capitalização.

**Defensivo:** Propostas elaboradas consoante o objetivo de investimento, o horizonte temporal e a tolerância ao risco. Neste caso,

aceita-se algum risco, mas baixo. Recomenda-se a aplicação de 45% em ações e 55% em obrigações. Poderá utilizar fundos de investimento mistos (multiativos) ou uma carteira de fundos.

**Equilibrado:** Indicada para quem deseja otimizar o investimento no longo prazo e está disposto a assumir um nível de risco significativo. Neste caso, propõe-se uma carteira diversificada por vários mercados de ações (55%) e obrigações (45%) de modo a obter, pelo menos, uma rentabilidade idêntica à inflação. A estratégia de investimento com um perfil moderado abre boas perspectivas de rendimento. Contudo, dado o risco terá de ser paciente e não pode ter a intenção de reembolsar o capital a curto ou médio prazo. Poderá utilizar fundos de investimento mistos (multiativos) ou uma carteira de fundos.

**Agressivo:** Direcionada para aqueles que desejam otimizar o investimento no longo prazo e estão dispostos a assumir um nível de risco acima da média. É aconselhada uma carteira diversificada por vários mercados de ações (75%) e obrigações (25%) de modo a obter, pelo menos, uma rentabilidade idêntica à inflação. A estratégia de investimento com um perfil agressivo abre perspectivas de rendimento superiores às de outras carteiras. No entanto, dado o elevado risco terá de ser paciente e não pode ter a intenção de reembolsar o capital a curto ou médio prazo.

**Ações:** Pretende investir diretamente em ações e beneficiar ao máximo do potencial das empresas. Investir num número reduzido de ações implica um risco elevado. Ao diversificar por empresas de vários mercados e setores, o risco diminui, mas nunca é completamente eliminado.

Assente no pressuposto da diversificação, a PROTESTE INVESTE propõe uma carteira de 11 ações. “Trata-se de uma seleção das empresas que atualmente consideramos mais atrativas e setores bem distintos como energia, telecomunicações, automóvel, financeiras, tecnológicas e bebidas”, conclui António Ribeiro. ●

**Não assumas riscos indesejados. Só após uma análise refletida, poderá delinear uma estratégia de investimento, consoante o seu perfil**

## ANÁLISE

# Apenas quatro bancos têm depósitos a superar a inflação

Quatro bancos apresentam taxas em depósitos a prazo iguais ou superior a 2% TANB num universo onde existe cerca de 250 ofertas de produtos similares. Os grandes bancos do sistema têm ofertas com taxas abaixo de 0,1%.

VÍTOR NORINHA

vnorinha@jornaleconomico.pt

A razia é total. Das duas centenas e meia de ofertas de depósitos a prazo (DP) do sistema financeiro nacional, apenas quatro propostas permitem cobrir a inflação média esperada de 1,2% para este ano. Os bancos grandes apenas conseguem fazer propostas mínimas para DP via internet e nos DP convencionais o juro é ínfimo.

Em cerca de 250 aplicações disponíveis via depósitos a prazo (DP) convencionais e estruturados, apenas quatro propostas permitem – em termos líquidos – cobrir a erosão monetária provocada pela inflação anual, tendo em conta que é ainda necessário deduzir a taxa liberatória sobre os juros recebidos ou efetuar o englobamento no IRS para os particulares.

Os DP são desde há alguns anos uma solução que faz os aforradores perderem dinheiro todos os anos. O risco num DP existe, tal como em todos os produtos financeiros, mas é limitado pelo contrato feito com a instituição financeira, a par do respaldo potenciado pelo Fundo de Garantia de Depósitos aplicável a montantes até 100 mil euros por aforrador e por instituição financeira.

No survey realizado e que tiveram como ponto de partida dois sites especializados nestas matérias, o site moneysgps.pt e ainda o site melhoresdepósitosaprazo.com, a par das ofertas diretas dos bancos que trabalham no sistema financeiro português, apenas quatro propostas sobressaíram e todas por prazos curtíssimos, três meses, para além de só estarem acessíveis para novos clientes e logo são ofertas de taxa com um pendor de marketing.

Os quatro eleitos são o Banco Best com uma oferta a três meses e com uma TANB (taxa anual bruta) de 2,25%. E com 2% TANB há ofertas do Banco BIG, do Carregosa e do Atlântico Europa, todas também com prazos a três meses, depois do qual terão de ser contratadas taxas naturalmente mais bai-

xas. E nesta análise para além da taxa e do prazo do contrato, o aforrador terá de perceber através da informação disponibilizada pelo banco o momento em que é pago o juro, que no caso do Best é liquidado à cabeça; verificar ainda a liquidez do produto pois ou não é possível a mobilização antecipada, caso do Best, ou é possível a mobilização total ou parcial mas com perda de juro. Neste cenário de perda de juro por mobilização antecipada os bancos tendem a criar diversos níveis de penalização consoante o tempo que resta para o “terminus” do contrato. Quanto mais perto do fim (do contrato), menor a penalização, mas existem situações em que a penalização com perda de juro é de 100%, mesmo que o resgate seja feito nas 24 horas anteriores ao fim do contrato!

E, não menos relevante para o aforrador é perceber o valor mínimo e máximo para contratar o DP. Há bancos com valores “democráticos”, ou seja suficientemente baixos para a generalidade da população poder usufruir da oferta – caso do BIG, Carregosa ou Atlântico Europa – com mínimo de 500 euros. Mas este é também um produto para pequenas e médias poupanças, não sendo por isso possível aplicações geralmente acima dos 50 mil euros.

Cada proposta é uma proposta e existem pelas nossas contas cerca

de duas centenas e meia de soluções, algumas delas com características bem diferentes.

Mas vamos às propostas do mercado. Para além das quatro primeiras propostas com um juro de 2% TANB mas com um prazo de contrato de apenas três meses, existem menos de duas dezenas de DP com uma taxa anual bruta entre 1% e 1,3%, e que em termos líquidos estão claramente abaixo daquilo que é a inflação esperada. Esta vintena de oferta vem de bancos pequenos como o Invest, o BIG, o Atlântico Europa, o BNI Europa e o Finantia que apresentam algumas variações entre si como seja o prazo que em alguns casos é de seis meses, passando pelos prazos de dois, três, quatro e cinco anos, embora que nos prazos acima de 1 ano o produto pode ter ativos subjacentes associados e impedir a mobilização antecipada. Há inclusivamente propostas, nomeadamente do BNI Europa que apresentam taxas brutas acima de 1% para prazos relativamente longos e os fundos não são mobilizáveis, enquanto outros têm perdas entre 50% e 80% dos juros corridos quando mobilizados antecipadamente. Existem ainda propostas com mínimos de 500 euros para abrir conta e outras propostas com mínimos de 50 mil euros, enquanto alguns dos DP convencionais propõem taxas de remuneração

## PRODUTOS E DEPÓSITOS ESTRUTURADOS

Nome	tipo	emite	Garantia	Rem máx
PFC Premium	produt estruturado	Invest	N	4,717%TANB
Invest Premium	dep estruturado	Invest	S	2,655%TANB
Dep Ações USD 2 anos		Santander	S	5,992%TANB

## MELHORES DEPÓSITOS A PRAZO

Banco	prazo	Nome	TANB	Mínimo do DP
BEST	3 meses	2,25%Já	2,25%	2500 euros
B BIG	3 meses	Super Dep	2%	500 euros
B Carregosa	3 meses	Go Bulling BV	2%	500 euros
Atlântico Europa	3 meses	Boas-Vindas	2%	500 euros

Fonte: Bancos e sites especializados



Bloomberg

crecentes para manterem os aforradores dentro do contrato durante o período mais longo possível. Existe ainda uma variação num depósito cuja taxa depende de várias condições como seja a contratação de outros produtos. Os exemplos encontrados foram os dos ActivoBank e do BBVA.

### Grandes bancos, pequenas taxas

Apenas as pequenas instituições financeiras pagam taxas de juro que se aproximam da inflação, já que os grandes bancos não necessitam dos fundos dos particulares, preferindo recorrer aos fundos disponibilizados pelo Banco Central Europeu. E, por isso, a melhor remuneração que conseguimos encontrar de um dos “top 5” das grandes instituições nacionais foi uma proposta do BCP com 0,5% TANB a três meses mas que só é acessível aos clientes através de uma app. O BCP reduziu recentemente a remuneração desta oferta para 0,3% TANB. O produto tem o nome de “APP” e por depósito não é possível aplicar mais do que 10 mil euros. Próximo deste nível de remuneração está uma aplicação

do Eurobic de 0,45% TANB para 1 ano de prazo e que só pode ser feito através da net para 500 euros de mínimo e 9999 euros de máximo. Também o Bankinter com uma proposta de 0,4% TANB via net e o Montepio com uma proposta a três anos e com uma remuneração de 0,425% estão entre as melhores ofertas que encontramos. O Novo Banco tem uma proposta via app a 0,25% TANB para dois meses e o Crédito Agrícola paga 0,2% TANB a três meses numa aplicação via net. Os CTT não pagam mais do que 0,15% TANB e o BPI tem como melhor taxa 0,15 TANB a três anos. O Santander não vai além de 0,1% TANB a 1 ano e a melhor proposta da Caixa não chega a isso, fica por 0,072% TANB para qualquer prazo.

Entre as piores propostas temos o Millennium bcp com uma taxa de 0,025% a 1 e a 3 meses, enquanto o CA propõe-se pagar 0,025% TANB a seis meses e também no prazo dos três meses. A Caixa Galicia tem a pior proposta deste nosso “survey” retirado dos sites já referidos, com uma proposta de 0,01% TANB a três meses. ●

ESTRUTURADOS Q.B.

## Os depósitos estruturados e os produtos estruturados poderão ser a solução?

Aplicar dinheiro num depósito ou num produto estruturado obriga a perceber o funcionamento do mercado de capitais.

A resposta é um meio-termo e isto porque um produto estruturado não tem garantia de capital, podendo existir perda total ou só parcial do capital, dependendo do que estiver contratado. Os depósitos estruturados estão indexados a um cabaz que é habitualmente composto por ações de multinacionais. Normalmente existe uma remuneração mínima que é equivalente à remuneração de um DP de um grande banco, ou seja, inferior a 0,1% e depois uma remuneração acessória que está condicionada pelo desempenho das ações do cabaz.

O mercado português não tem muitas soluções e na pesquisa que fizemos para as opções até final de 2018 existem apenas três ofertas. O Banco Invest que tem sido muito ativo nos produtos estruturados e apresenta o “PFC Premium Brands dez 18”, sem garantia de capital para os investidores, sendo que em caso de incumprimento do banco o investidor poderá perder parte da aplicação. No entanto, a remuneração potencial é atrativa podendo chegar a 4,717% TANB num prazo de 374 dias. Este instrumento financeiro está indexado à performance de várias empresas que produzem e comercializam artigos de luxos, caso da Louis Vuitton, Burberry, Hugo Boss e BMW. Este produto específico tem por contrato um teto de perdas que não vai além dos 2,5% do capital, impedindo que um eventual “sell-off” acabe em perdas catastróficas.

A mesma instituição financeira criou um produto diferente com o mesmo subjacente e que é um depósito estruturado. A diferença com o produto anterior está no respaldo do Fundo de Garantia de Depósitos que atua nas aplicações até 100 mil euros por depositante e por instituição. Este produto com o prazo de ano e meio, tem uma remuneração mínima de 0,129% TANB, mas a remuneração máxima condicionada pelas ações que estão no cabaz, não vai além de 2,655% TANB. Este tipo de produto tem sido uma alternativa para investidores típicos de depósitos a prazo convencionais, pois existe

uma proteção de capital e uma remuneração mínima que está dentro dos parâmetros das grandes instituições financeiras. A desvantagem é não existir liquidez pois não é possível o reembolso antecipado. Uma outra proposta de depósito estruturado e que é possível subscrever até final o ano é do Santander. O “Depósito Ações USD – 2 anos” pode ser subscrito até 21 de dezembro próximo, sendo que o depósito terá de ser constituído em dólares e a remuneração será feita na mesma moeda para evitar o risco cambial. A ficha técnica indica que a TANB mínima é de 0,399% e a taxa de remuneração máxima que está dependente da performance de um conjunto de multinacionais americanas poderá chegar aos 5,992%. Mais uma vez este é um produto sem liquidez e que se destina a quem transaciona em US dólares. ● V.M.

### UNIT LINKED PARA OS MAIS ARROJADOS

Os contratos de seguros que estão ligados a fundos de investimento são conhecidos por unit linked. Aquilo que os diferencia de outro tipo de aplicações é o risco que é habitualmente mais elevado. Divididos entre fechados e abertos, sendo que os últimos permitem entregas através de vários fundos autónomos e não uma entrega única, a grande característica da aplicação está no perfil do investidor. Este assume um nível de risco que pode passar do moderado ao agressivo, mas sempre com uma matriz mais dinâmica do que a aplicação em fundos de investimento convencionais, PPR ou outros instrumentos. O tomador de um unit linked assume que a rentabilidade vai depender da escolha da sua exposição ao risco, podendo em última análise não vir a ter rendimento ou, inclusive, perder parte ou a totalidade do capital. Como produto financeiro complexo exige-se a este tipo de investidor conhecimentos daquilo que é o mercado de capitais, caso da volatilidade.



**Quer fazer parte de algo grande quando ainda é pequeno?**

Se procura oportunidades nos mercados emergentes compensa contar com um guia experiente. Com um historial de 80 anos e 125 profissionais no terreno, a Schroders é um dos maiores investidores em mercados emergentes. Somos especialistas em ações, rendimento fixo, soluções multiativos e investimentos imobiliários.

Assim, se quer fazer parte de algo grande desde o início, contate-nos.

Por favor, note que o valor dos investimentos e os rendimentos deles provenientes podem subir ou baixar, e os investidores podem não recuperar o capital inicialmente investido.

Para o que mais lhe importa. **Schroders**

Material de marketing publicado por Schroder Investment Management Limited registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em Livre Prestação de Serviços e com Sucursal em Espanha. Registada na Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) de Empresas de Servicios de Inversión do Espaço Económico Europeu com sucursal em Espanha com o número 6.



Istock

## POUPANÇA

# PPR podem ser alternativa à segurança social

Benefícios fiscais são atrativo para subscrever os planos de poupança-reforma. Mas fundos PPR têm maior rentabilidade que os seguros PPR.

**ANTÓNIO VASCONCELOS MOREIRA**

amoreira@jornaleconomico.pt

Em 1989, quando os planos de poupança-reforma (PPR) foram criados, havia 3,8 pessoas no activo em Portugal por cada pensionista de velhice inscrito na segurança social, segundo a PORTDATA. Desde então o rácio tem decrescido até chegar ao valor mais baixo: 2,6, em 2017. Além disso, nesse ano, a taxa bruta de mortalidade estava nos 10,7%, enquanto a taxa bruta de natalidade situava-se nos 8,4%.

Numa altura em que a segurança social está pressionada pela inversão da pirâmide demográfica portuguesa, havendo menos nascimentos do que mortes, os PPR, que foram criados com o objectivo de estimular a poupança em Portugal, constituem complemento de reforma.

Atualmente, existem essencialmente dois tipos de PPR: os seguros PPR e os fundos PPR.

Muitos fundos PPR vão passar a chamar-se PPR/OICVM, depois de uma portaria ter permitido a sua equiparação a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários. Assim, os fundos PPR equivalem a instrumentos de aplicação coletivo dos investidores e vão passar a obedecer a um conjunto de regras comunitárias para poderem ser comercializados na União Europeia, de acordo com as leis nacionais de cada Estado-membro.

Atualmente, no mercado, apenas 85 admitem novas subscrições: 43 seguros PPR e 42 fundos PPR.

**Risco e rentabilidade nos PPR**  
Os seguros PPR, subscrevidos nas se-

guradoras, geralmente têm capital e rendimento garantidos. Assim, como têm um risco associado reduzido, apresentam um potencial de rentabilidade diminuto.

Já os fundos PPR, que podem ser subscrevidos nos balcões dos bancos ou através de sociedades gestoras de fundos, regra geral, não têm capital nem rendimento garantido. Além disso, desde junho de 2018, podem estar totalmente expostos a ações. Em consequência, os fundos PPR têm um risco associado mais acentuado e, por isso, um potencial de rentabilidade mais elevado.

No ano passado, o desempenho da rentabilidade dos fundos PPR, por terem beneficiado com a subida dos mercados bolsistas, foi superior à dos seguros PPR: 3,3% contra 1,6%, respetivamente.

No entanto, segundo a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, o montante dos fundos de PPR sob gestão ascendeu a cerca de 2,2 mil milhões de euros, e representou 19% do total dos fundos de investimento mobiliário e fundos de pensões abertos.

## Benefícios fiscais

Quem investir em PPR tem benefícios fiscais, que são de dois tipos: "à entrada" e "à saída".

No primeiro caso, quando decide investir num PPR, o Código do IRS permite a dedução à coleta de 20% do capital que investiu, embora condicionada pelo rendimento do agregado familiar e da idade do subscritor.

No segundo caso, se respeitar as condições de resgate, a taxa de imposto a pagar é de 8%. Caso contrário, a taxa sobe para 21,5%. ●

# Ações americanas levam rendibilidades dos fundos acima dos 6%

Apenas cinco fundos de investimento mobiliário (FIM) conseguiram rendibilidades anualizadas brutas acima dos 6% e todos estão expostos a ações americanas. Os dados referem-se a novembro último e são da APFIPP.

**VÍTOR NORINHA**

vnorinha@jornaleconomico.pt

O melhor Fundo de Investimento Mobiliário (FIM) é da gestora Caixaigest (grupo Caixa) e está na categoria dos fundos Ações da América do Norte. As melhores rendibilidades dos FIM nacionais são apuradas pela APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, ressaltando-se que os ganhos passados não são sinónimo de ganhos futuros.

Em termos de rentabilidade anualizada apurada a 30 de novembro último, o fundo Caixaigest Ações EUA é o melhor com 9,4% de ganho, seguido de outro fundo da mesma categoria mas gerido pelo BPI Gestão de Ativos, o BPI América – Classe D e registou uma rentabilidade anualizada de 8,1%.

São os fundos de ações internacionais com destaque para os fundos com ações da América do Norte que registam os melhores resultados, ou seja, todos acima dos 6% em termos anualizados. A Caixaigest consegue 7,4% de rentabilidade com um fundo de Ações Internacionais, enquanto a gestora IM Gestão

de Ativos, com o IMGA Ações América fecha novembro com 7,1% de rentabilidade anualizada, logo seguido do fundo Santander Ações América Classe A com 6,6%. O Montepio, através do fundo Euro Energy, e dentro da categoria dos fundos de Ações Setoriais consegue 4,2% de rentabilidade.

As obrigações da zona euro também deram um bom resultado em 2018 com o fundo NB Obrigações Europa a registarem um ganho de 3,5%. Nos 10 melhores do ranking da APFIPP estão ainda fundos de ações do Montepio, BPI e Novo Banco. De registar que nesta tabela o nível de risco é elevado em todos os fundos e com exceção dos dois melhores fundos da Caixaigest que apresentam um volume sob gestão elevado, todos os outros fundos têm volumes de apenas algumas dezenas de milhões de euros sob gestão.

Os melhores fundos refletiram a tendência dos mercados financeiros ao longo do ano, com destaque para as aplicações em ações das empresas cotadas nos mercados americanos, a par do interesse de obrigações da zona euro. A APFIPP realça que os resultados que divulga não consideram co-

missões de subscrição e resgate, assim como outros encargos que poderão estar subjacentes aos contratos feitos entre investidores e gestoras. Estes resultados não têm igualmente em conta o imposto que seja devido pelos participantes no momento do resgate relativamente aos rendimentos conseguidos após 1 de julho de 2015.

Sob o escrutínio da APFIPP estavam em outubro cerca de 11.830 milhões de euros, repartidos entre os FIM de ações com valores de cerca de 1318 milhões de euros, os FIM de obrigações com 1735 milhões de euros aplicados, os FIM de curto prazo com quase 2457 milhões de euros e ainda os chamados Outros FIM com 6319 milhões de euros. Nestes últimos estão incluídos os FIM PPR e os fundos com Proteção de Capital.

A maior sociedade gestora é a Caixaigest, do grupo Caixa, com 32,87% de quota, a que se segue o BPI Gestão de Ativos com 24,45% e a IM Gestão de Ativos com 17,57%. O Santander Asset Management tem uma quota de 16,54% e distante vem a gestora GNB com 3,12% e todos os restantes variam entre zero e pouco mais de 1% de quota de mercado. ●

## CINCO FUNDOS PPR COM MAIOR RENTABILIDADE A CINCO ANOS

Fundo PPR	Taxa de Rentabilidade (%)
F.I.M. NB PPR	5,29
F.P. PPR BiG Taxa Plus	4,43
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Ações	3,23
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Moderado	3,08
F.P. PPR 5 Estrelas	2,39

Fonte: APFIPP

## INVESTIMENTO

# Imobiliário residencial mantém dinâmica de recuperação

Volume total de investimento no setor ultrapassou os 97 mil milhões de euros, com um aumento de 35% da atividade no primeiro semestre no país, estando reunidas as condições para que o clima se mantenha positivo no próximo ano.

## RODOLFO ALEXANDRE REIS

rreis@jornaleconomico.pt

O ano de 2018 trouxe mais investimento no mercado imobiliário em Portugal, sendo prova disso o aumento de 35% desta atividade durante o primeiro semestre. O volume total de investimento no setor ao nível europeu foi superior a 97 mil milhões de euros, estando o nosso país apenas atrás da Irlanda (94%), da Polónia (100%) e da Holanda (176%).

Uma das expressões que mais se usou nesta área ao longo do ano foi a denominada “bolha”, ficando a dúvida sobre se vale a pena (ou não) continuar a investir no setor. “O imobiliário é um investimento sobrevalorizado pela pequena poupança. É um investimento extremamente ilíquido, carregado de custos de operação e transação e que dificulta a diversificação”, refere Emília Vieira, CEO da Casa de Investimentos.

Paulo Sarmento, “partner” e diretor de Capital Markets da consultora Cushman & Wakefield, frisa que “quando se fala da chamada ‘bolha’ está-se a referir a um setor específico, o do imobiliário residencial”. Sarmento afirma que “há uma série de classes de ativos de imobiliário comercial que continua de muito boa saúde e onde

vale seguramente a pena continuar a investir”. Opinião partilhada por Fernando Ferreira, “Head of Capital Markets” da JLL em Portugal, afirmando que apesar de o mercado imobiliário, tal como outros, ser “cíclico”, não acredita que “isso signifique que estamos perante um cenário de ‘bolha’”, até porque “enquanto a procura continuar tão superior à oferta e de tão boa saúde (sem crédito), não prevemos que haja um choque de oferta (efeito ‘bolha’”, refere.

Por sua vez, Emília Vieira sublinha que têm a palavra os aforradores que “devem investir em ativos reais que estejam expostos ao crescimento da economia mundial, como é o caso de ações de grandes marcas mundiais”.

Com o novo ano a chegar coloca-se a questão sobre se é ou não seguro continuar a investir no mercado imobiliário. Paulo Sarmento destaca que “não se pode falar só em risco sem integrar na mesma equação o retorno esperado. O risco que se corre tem que ser proporcional ao retorno expectável para cada investimento”, realça. Fernando Ferreira assume que “o lado mais desafiante do imobiliário tem a ver com a necessidade de elevado investimento inicial e a pouca liquidez, pois não se compram e vendem imóveis de uma hora para a outra (como se



**PAULO SARMENTO**  
Partner e diretor de Capital Markets da Cushman & Wakefield

“O risco que se corre tem que ser proporcional ao retorno expectável para cada investimento”.



**EMÍLIA VIEIRA**  
CEO da Casa de Investimentos

“O imobiliário é um investimento sobrevalorizado pela pequena poupança”.



**FERNANDO FERREIRA**  
Head of Capital Markets da JLL Portugal

“[Fundos de investimento] já tiveram mais incentivos fiscais no passado, o que lhes conferia uma maior atratividade”.

consegue nas ações, por exemplo”. E qual será a melhor forma de investir? Será mais seguro fazê-lo de forma direta, ou através de um fundo? “Depende muito da natureza jurídica do comprador, de onde está domiciliado, do ativo que está a comprar, de quanto tempo tenciona detê-lo, do perfil de risco que está disposto a correr, do envolvimento pessoal que pretende ter na gestão”, explica Paulo Sarmento da C&W.

Quanto a Fernando Ferreira, reconhece que os fundos de investimento “já tiveram mais incentivos fiscais no passado, o que lhes conferia uma maior atratividade, enquanto hoje em dia são praticamente inexistentes”.

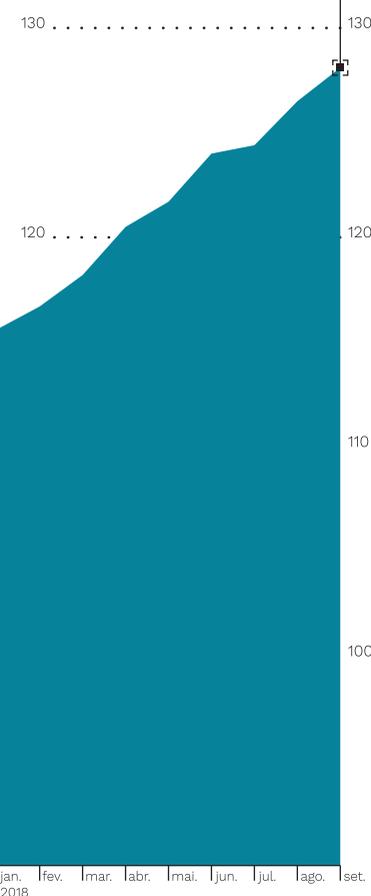
Segundo dados constantes de um relatório do Banco de Portugal (BdP), o mercado imobiliário residencial do país manteve uma dinâmica de recuperação nos últimos anos, com o aumento dos preços e das transações. Até ao segundo trimestre de 2018, os preços aumentaram 33% em termos reais, após terem registado uma queda de 26% entre 2007 e 2013. Face ao período homólogo do último ano, os preços da habitação cresceram 10,1% em termos reais no segundo trimestre de 2018. Em relação aos imóveis transacionados, o primeiro semestre do ano registou um aumento de cerca de 20%, face a

igual período do ano anterior (aumento de 30% em montante), atingindo um novo máximo histórico. Quanto aos preços dos imóveis existentes aumentaram 12,6% no segundo trimestre de 2018, face ao período homólogo de 2017, enquanto os preços dos imóveis novos cresceram 6,3%, tendo-se observado, globalmente, uma subida de 11,2%.

Para o ano de 2019, na perspetiva dos investidores “não se antevêem mudanças estruturais sísmicas”, refere Paulo Sarmento, o qual julga “estarem reunidas as condições para a manutenção do clima positivo”. ●

## 128,1

Os dados da Confidencial Imobiliário revelam que o preço de uma casa que em setembro de 2016 custava 100 mil euros, era de 128 mil euros dois anos depois.

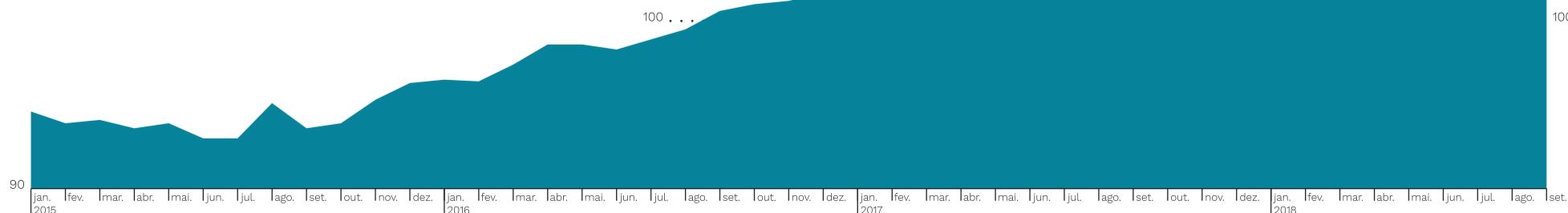


## HISTÓRICO

### PREÇOS DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL

O preço da habitação em Portugal aumentou 15,6% até setembro de 2018, em relação ao período homólogo de 2017. Os dados revelam ainda que o preço da habitação não mais voltou a descer a partir de setembro de 2015, com o maior crescimento a verificar-se entre maio e Junho do ano passado.

ÍNDICE DE PREÇOS NA HABITAÇÃO (2011=100)



## DÍVIDA PÚBLICA

# Dívida pública continua a ser investimento com pouco risco

Particulares podem investir em dívida pública através de certificados de aforro, obrigações do tesouro ou certificados do tesouro.

ÂNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

O investimento em dívida pública foi durante anos considerado mais seguro que o investimento em ações, devido ao menor risco de crédito associado, ou seja, ter maior probabilidade dos títulos serem reembolsados. No entanto, o tempo e, em período de taxas de juro historicamente baixas, a margem de retorno tem retraído alguns investidores particulares.

Filipe Silva, diretor da gestão de ativos do Banco Carregosa refere ao *Jornal Económico* que o investimento em dívida pública, tomando como referência as Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos “não tem comparação, nem na rentabilidade, nem no risco, nem no prazo” com o investimento tradicional em ações ou no mercado imobiliário.

“Se um particular investir em dívida pública a 10 anos, neste momento, tem uma rentabilidade bruta de 1,8% ao ano, a que terá que retirar 28% de imposto retido na fonte, sobrando uma taxa de 1,29%”, explica. No entanto, salienta a dimensão temporal na tomada de decisão, já que apenas terá retorno de capital ao fim de dez anos, ficando refém da variação de preço no mercado secundário, no caso de pretender reaver o investimento antecipadamente.

A CEO da gestora Casa de Investimentos, Emília Vieira, considera que “investir em dívida hoje é um péssimo investimento, é destruir poupança”.

A gestora explica que as *yields* das obrigações sem risco ou de baixo risco em euros estão negativas até às maturidades de 6 ou 7 anos, o que se traduz na obtenção de rendimento positivo “emprestando a emitentes mais fracos, com elevado risco de crédito ou emprestando por prazos mais longos, aumentando o risco de taxa juro porque a estamos a fixar para um período longo arriscando uma perda enorme face à inflação”.

## Opções de investimento em dívida pública

Os particulares podem investir em dívida pública através de três opções: certificados de aforro (CA), obrigações do tesouro (OT) ou bilhetes do tesouro (BT) ou certificados do tesouro (CT). Os certificados de aforro têm o objetivo de captar a poupança das famílias, sendo colocados diretamente juntos de pessoas singulares com capitalização de juros e transmissíveis, exclusivamente em caso de falecimento do titular. Já os BT são um valor mobiliário representativo de um empréstimo de curto prazo, com valor unitário de um euro, com prazos para a maturidade até um ano, colocados a desconto através de leilão ou subscrição limitada e reembolsáveis no vencimento pelo seu valor nominal, enquanto o BT é um valor mobiliário representativo de um empréstimo de curto prazo, sob as restantes mesmas condições do OT. Existem ainda os Certificados do Tesouro Poupança Crescimento (CTPC), já que os anteriores certificados do tesouro se encontram suspensos.

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP explica que as subscrições dos primeiros são facilmente subscritos em qualquer estação dos Correios. Já a emissão OT e BT, são realizadas no segmento de retalho do mercado de capitais e a sua aquisição direta ou indireta por via de

fundos de investimento pode ser efetuada através de instituições financeiras especializadas. Ainda que nos últimos anos tenha diminuído, os portugueses continuam a também a procurar as ofertas de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável (OTRV), cujo rendimento varia em função da taxa Euribor. Apesar do retorno ter diminuído, com a Euribor negativa, é procurada sobretudo por investidores que procuram uma alternativa segura.

## Dívida pública vs dívida privada

Filipe Silva assinala que uma das maiores dificuldades no investimento em dívida privada é o montante mínimo exigido, apesar de poder ter uma rentabilidade mais elavada do que a dívida pública.

“O montante mínimo para investir é de 50 mil ou 100 mil euros. Para ter uma carteira diversificada, de forma a mitigar o risco e não “colocar os ovos todos no mesmo cesto”, precisaria de ter um investimento inicial de 2 milhões de euros”, acrescenta. No entanto, destaca exceções, como casos de ofertas públicas de obrigações dirigidas a particulares (retalho), nas quais o mínimo pode ser de mil euros.

Por outro lado, Emília Vieira defende que investir numa fatia de ações é “a melhor forma de rentabilizar a poupança a médio e longo prazo”.

“Não faz sentido pagar ao governo alemão ou português para usarem o nosso dinheiro durante dois ou três anos e não nos pagarem nada por isso. Não faz sentido emprestar a zero a uma excelente empresa para os acionistas beneficiarem com os lucros do investimento. Isso é destruir poupança”, defende a gestora.

Mas Filipe Silva diz que o “investimento em ações, a rentabilidade, a volatilidade de preço e o risco também não são comparáveis”, dando como exemplo a queda de 9% desde o início do ano do principal índice bolsista português e das ações europeias (EuroStoxx 600) que perdem também cerca de 9%.

1,9%

Taxa de colocação média nos leilões OT com maturidade aproximada de 10 anos ascendeu a 1,9% nos leilões realizados até outubro este ano.

-0,34%

Taxa de colocação média situou-se em -0,34% nos leilões de BT realizados em 2018.

## OPINIÃO

## Dezembro: ações a subir ou mito de Natal?



MÁRIO PIRES

Diretor de clientes institucionais e do mercado português Schroders

Os mercados de ações estiveram a subir em 79% do tempo nos meses de dezembro durante as últimas três décadas, o que tem vindo a alimentar o mito de que, pelo menos, para os investidores em ações, o Pai Natal existe. O fenómeno é conhecido por “Santa Rally” e, mesmo sabendo que não é sensato tirar ilações sobre o comportamento passado das ações, na Schroders decidimos deixar-nos invadir pelo espírito festivo e analisar o efeito.

### Padrão de frequência e ganhos em dezembro

Olhando para o MSCI World os últimos 30 anos, é possível encontrar um padrão: os mercados acionistas globais estiveram a subir em 79% do tempo nos meses de dezembro desde 1986, o que faz deste mês o melhor, em média, dos últimos 32 anos. A seguir vem abril (74,3%) do mês, e outubro (em 68,6%), enquanto junho está no polo oposto, com subidas apenas em 36,7% do tempo. Mas não se trata unicamente da frequência dos aumentos, já que o padrão estende-se à dimensão dos ganhos conseguidos em dezembro.

Para ampliar o espetro de análise, olhámos para o desempenho combinado de quatro índices bolsistas: FTSE 100, S&P 500, MSCI World e Eurostoxx 50, mensalmente e desde 1986, e os padrões persistem. Em média, os ganhos acionistas cresceram 2,1% nos dezembros, desde 1986, e este é o maior ganho médio de qualquer mês. Agosto, pelo contrário, é o pior, com o mercado de ações a cair, em média, 1%.

Outubro também se destaca, mas por ser o mês de maior

imprevisibilidade: tem a maior frequência e a terceira maior subida média de ganhos, mas também algumas das maiores quedas: a segunda-feira negra de 1987, em que as ações globais caíram em média 23%, foi em outubro; a crise financeira asiática de 1997 intensificou-se em outubro, com as ações a caírem 6,6%; a crise financeira global de 2008 também se agudizou em outubro, com quedas de mais de 15% após o colapso da Lehman Brothers no mês anterior; e temos até este último outubro, com o mercado a afundar 7,4%, fruto de várias incertezas, incluindo as tensões comerciais entre EUA e China.

### Perspetiva de longo prazo acima das superstições

As teorias avançadas sugerem que o fenómeno “Santa Rally” possa decorrer da psicologia dos investidores, com o sentimento da época a gerar uma disposição e humor mais positivos, que os levam a comprar mais do que a vender; ou da atividade dos gestores de fundos – com grande peso nos mercados – que fazem um rebalanceamento das suas carteiras nesta época que antecipa a entrada no novo ano.

Mas mais importante do que tentarmos encontrar um racional que explique o padrão é não esquecermos que a história dos mercados está cheia de padrões fascinantes que só são verdadeiros até deixarem de ser.

A imprevisibilidade dos mercados – e da realidade – ultrapassa qualquer estratégia baseada em padrões mensais e, se é certo que o sentimento dos investidores tem peso nos movimentos acionistas, mais acertada nos parece a opção por uma perspetiva de longo prazo.

Quem estivesse investido desde início de 1987 no S&P 500 e no MSCI World, teria ganho anual e respetivamente retornos médios de 7,8% e 5,6%. O pior que teriam conseguido era 4% no Eurostoxx 50. Com estas rentabilidades talvez dispensassem um milagre de Natal. ●